-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca dos tipos de estrutura organizacional nas organizações formais modernas, julgue os itens a seguir.

51 A estrutura organizacional em rede garante elevada flexibilidade à organização, mas apresenta, como desvantagem, a perda do controle hierárquico direto sobre os processos terceirizados.

52 A alta formalização de uma estrutura organizacional padroniza processos, suprimindo, consequentemente, a existência das redes informais de comunicação.

No que se refere à gestão de projetos, julgue os itens que se seguem.

53 No ciclo de vida genérico de um projeto, o custo financeiro para promover mudanças estruturais e corrigir desvios é baixo nas fases iniciais, mas aumenta substancialmente à medida que a conclusão do projeto se aproxima.

54 A gestão de projetos moderna define-se pelo gerenciamento de atividades contínuas, padronizadas e de caráter repetitivo em uma instituição.

A respeito das convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue os itens subsecutivos.

55 A importação, pelo setor público, de sistemas da iniciativa privada, como a medição de qualidade e o foco no cliente, elimina a divergência estrutural de *accountability* entre os setores, subordinando a responsabilização do gestor público à lógica de satisfação do usuário.

56 Enquanto, na gestão privada, a tomada de decisão segue a lógica de mercado, na administração pública, a autoridade é poliárquica, o que torna a gestão pública intrinsecamente mais conflituosa e política que a privada.

Em relação ao paradigma do cliente na gestão pública, julgue os próximos itens.

57 O paradigma do cliente no modelo gerencial rompeu com a introversão burocrática, transferindo o foco dos processos internos, antes voltado ao mero cumprimento de regras, para a satisfação do usuário e a excelência na prestação de serviços.

58 A adoção do paradigma do cliente na gestão pública contemporânea consolida a substituição do conceito de cidadão pelo de consumidor, uma vez que as obrigações do Estado passam a se restringir à lógica transacional de entrega de serviços ditada pelo mercado.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de administração financeira e orçamentária. Julgue-os com base na legislação e na doutrina aplicáveis.

59 Diante de uma grave desaceleração econômica nacional que gerou desemprego em massa, o governo federal implementou duas medidas orçamentárias imediatas, utilizando recursos da política fiscal: de um lado, ampliou temporariamente os gastos diretos em obras públicas (rodovias), para estimular a geração de postos de trabalho e reaquecer a atividade econômica; de outro, aumentou a abrangência de um programa assistencial não contributivo de transferência de renda, para amparar famílias em situação de extrema pobreza.

Nessa situação hipotética, sob a perspectiva das funções econômicas do orçamento propostas por Richard Musgrave e destacadas pela doutrina nacional, a ampliação do programa assistencial de transferência de renda realiza, de modo predominante, a função distributiva do orçamento, enquanto o estímulo fiscal por meio do aumento dos gastos diretos com obras de infraestrutura rodoviária materializa, prioritariamente, a função estabilizadora.

60 Um analista orçamentário federal recém-empossado foi designado para atuar na consolidação das propostas setoriais enviadas pelos Ministérios de Estado durante a elaboração do projeto da lei orçamentária anual (LOA) e, simultaneamente, para emitir notas de empenho e ordens bancárias destinadas a fornecedores do órgão em que atua.

Nessa situação hipotética, para a realização de suas atribuições, o analista deverá utilizar o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) para registrar e contabilizar a execução diária em tempo real dos empenhos e liquidações de despesas, e utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) na fase de elaboração e integração do planejamento estratégico do plano plurianual (PPA) com a LOA.

61 Um auditor fiscal de determinado município lançou o IPTU e notificou o respectivo contribuinte sobre a procedência e liquidez do débito tributário; o cidadão, por sua vez, compareceu a uma agência de um banco privado devidamente credenciado para o recebimento do pagamento do tributo e efetuou o pagamento da guia de cobrança no caixa da agência; no dia seguinte, o banco transferiu a totalidade dos valores recebidos para a conta única do tesouro municipal.

Nessa situação hipotética, conforme os estágios da receita pública orçamentária estabelecidos na Lei n.º 4.320/1964 e na doutrina clássica, o pagamento do IPTU pelo contribuinte no caixa da agência bancária caracteriza o recolhimento da receita, enquanto a transferência subsequente das importâncias do banco privado para a conta única do tesouro municipal configura a arrecadação.

62 Em 31 de dezembro de determinado exercício financeiro, uma autarquia de trânsito estadual apurou o andamento de dois contratos: no contrato de manutenção de semáforos, as faturas mensais foram empenhadas, o serviço foi plenamente prestado e os fiscais emitiram o atestado de recebimento (liquidação), mas o tesoureiro ainda não havia emitido o pagamento; no contrato de aquisição de novas viaturas, o crédito correspondente foi empenhado (reservado), mas a empresa fornecedora havia perdido o prazo e não entregou os veículos dentro do ano corrente, inexistindo liquidação de despesa.

Nessa situação hipotética, de acordo com as regras constitucionais e de direito financeiro referentes ao encerramento do exercício financeiro, as despesas do contrato de manutenção de semáforos correspondem a restos a pagar processados, ao passo que as despesas referentes à aquisição de viaturas correspondem a restos a pagar não processados.

63 Uma comissão de planejamento municipal irá elaborar o projeto da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte, devendo observar, entre outras obrigações formais impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a previsão de um anexo que avalie a trajetória das contas em médio prazo e outro que estime os riscos macroeconômicos e passivos contingentes.

Nessa situação hipotética, em obediência à LRF, a LDO municipal deverá conter o anexo de metas fiscais (AMF), no qual sejam estabelecidas metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida para o exercício de referência e os dois seguintes, e o anexo de riscos fiscais (ARF), que deverá conter a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas.

64 Uma prefeitura municipal, no âmbito de convênio federal celebrado com o Ministério das Cidades, recebeu R$ 2 milhões para providenciar as obras de canalização e pavimentação de um canal urbano; finalizadas as etapas de contratação e execução das obras civis pela construtora, o prefeito apresentou os balanços financeiros de sua conta-convênio, acompanhados das notas fiscais emitidas.

Nessa situação hipotética, na prestação de contas dos recursos recebidos via convênio federal, o relatório de cumprimento do objeto limita-se a atestar a regularidade contábil e a fidedignidade financeira dos gastos em face dos extratos bancários, sendo dispensada a comprovação física ou avaliação do andamento das obras.

65 Dentro do período de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual (LOA), o chefe do Poder Executivo estadual editou decreto de programação orçamentária e financeira (DPOF); no entanto, ao final do terceiro bimestre daquele exercício, as avaliações conjunturais indicaram que a arrecadação tributária estadual havia sido substancialmente inferior à prevista, criando risco imediato de descumprimento da meta de resultado primário fixada pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Nessa situação hipotética, diante da frustração de receita, os Poderes do estado em questão deverão promover, nos trinta dias subsequentes ao final daquele bimestre, a limitação de empenho e movimentação financeira (contingenciamento), ressalvando as despesas com o pagamento de pessoal e com os serviços da dívida pública, que, por constituírem obrigações constitucionais e legais, não poderão sofrer esse tipo de limitação de empenho.

A respeito do Tesouro Gerencial, julgue o seguinte item.

66 O Tesouro Gerencial funciona como *data warehouse* do governo federal e ferramenta de *business intelligence* para extração e cruzamento analítico e multidimensional de dados que se originam no SIAFI.

No decorrer do exercício de 20X1, determinado órgão público adquiriu materiais de consumo destinados ao almoxarifado, realizou despesas cujos fatos geradores ocorreram em diferentes momentos da execução orçamentária e utilizou superávit financeiro do exercício anterior para abertura de crédito adicional. No encerramento do exercício, foram apurados os seguintes dados, cujos valores estão em milhões de reais.

receita orçamentária realizada	R$ 10,0
despesa empenhada	R$ 10,8
despesa liquidada	R$ 9,5
despesa paga	R$ 9,0
superávit financeiro do exercício anterior utilizado para abertura de créditos adicionais	R$ 1,2

Considerando a situação hipotética precedente e as normas de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

67 Em razão de um mesmo fato administrativo poder produzir simultaneamente efeitos patrimoniais e orçamentários, as regras de integridade do PCASP admitem que um único lançamento contábil debite conta da classe 1 e credite conta da classe 6, desde que os registros se refiram à mesma transação.

68 Com base exclusivamente nos valores apresentados na situação hipotética, é correto afirmar que o resultado da execução orçamentária do exercício de 20X1 foi deficitário em R$ 0,8 milhão, não devendo o valor de superávit financeiro do exercício anterior utilizado na abertura de créditos adicionais ser somado à receita realizada para fins de apuração desse resultado.

69 A aquisição de material de consumo destinado ao estoque pode ocasionar a execução de despesa orçamentária sem que, nesse mesmo momento, seja reconhecida uma variação patrimonial diminutiva, a qual ocorrerá, em regra, quando houver o consumo do material.

70 Caso, até 31/12/20X1, tenha ocorrido o fato gerador de determinada obrigação relativa a despesa já empenhada, mas ainda não tenha sido efetuada a liquidação dessa despesa, o saldo correspondente deverá, atendidas as demais condições para inscrição, ser classificado como restos a pagar não processados em liquidação, e não como restos a pagar não processados a liquidar.

Espaço livre

Uma entidade pública estava elaborando suas demonstrações contábeis e, durante os trabalhos de encerramento, examinou processos judiciais em que a entidade é ré, ativos destinados predominantemente à prestação de serviços públicos e os efeitos da redução ao valor recuperável sobre seus bens.

Entre seus ativos, havia um equipamento não gerador de caixa adquirido em 1.º/1/20X1 por R$ 1.200.000, com valor residual estimado em R$ 120.000, vida útil de seis anos e depreciação pelo método linear. Em 31/12/20X2, após o registro da depreciação dos dois primeiros exercícios, constatou-se perda por redução ao valor recuperável, tendo o valor contábil do equipamento sido reduzido para R$ 720.000. Não houve alteração posterior do valor residual nem da vida útil remanescente.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

71 Na situação apresentada, uma vez mantidos o valor residual de R$ 120.000 e a vida útil original de seis anos, a perda por redução ao valor recuperável reconhecida em 31/12/20X2 não altera a quota anual de depreciação do equipamento, razão pela qual a despesa de depreciação de 20X3 será de R$ 180.000.

72 Se, em exercício posterior, desaparecer a causa que levou ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável do equipamento, a reversão poderá elevar seu valor contábil até o novo valor recuperável de serviço, ainda que esse montante seja superior ao valor contábil líquido que o ativo apresentaria caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida anteriormente.

73 Uma vez que o equipamento representa um ativo não gerador de caixa, seu valor em uso deverá ser obtido mediante o desconto a valor presente das entradas líquidas de caixa esperadas de seu uso contínuo e de sua alienação ao final da vida útil.

74 Para o reconhecimento de provisão relativa a processo judicial, não basta a existência de uma obrigação presente resultante de evento passado, pois é necessário também que seja provável a saída de recursos para extinguir a obrigação e que seu valor possa ser estimado confiavelmente.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens que se seguem acerca da organização político-administrativa do Estado e da administração pública.

75 Nos limites da circunscrição do município, garante-se a inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos, ainda que proferidos em situação sem pertinência com o mandato.

76 Os subsídios de prefeito, de vice-prefeito e de secretários municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo municipal.

77 Os municípios têm competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens seguintes, relativos a comissões parlamentares de inquérito.

78 As constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios não podem submeter o requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito à aprovação do plenário da casa legislativa.

79 Ainda que cumpridos os requisitos de instalação, pode o presidente da casa legislativa, mediante juízo de conveniência e oportunidade, indeferir a instalação de comissão parlamentar de inquérito.

A propósito do processo legislativo na Constituição Federal de 1988, julgue os próximos itens, tendo em vista o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

80 A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores têm início na Câmara dos Deputados.

81 A sanção, pelo Poder Executivo, supre eventual vício de iniciativa de projeto de lei que lhe compete.

Espaço livre

Tendo como fundamento a jurisprudência do STF e do STJ, julgue os itens a seguir, relativos ao direto administrativo.

82 No que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da administração pública federal, admite-se a aplicação subsidiária da Lei n.º 9.784/1999 aos estados e municípios, na ausência de norma local específica que regule a matéria.

83 É permitida a delegação, mediante lei, do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado que integrem a administração pública indireta, sendo condição suficiente para tanto a existência de capital social majoritariamente público.

84 É constitucional, desde que interpretado conforme a Constituição Federal, dispositivo que afasta a configuração de improbidade administrativa em razão de divergência interpretativa da lei, fundada em orientação jurisprudencial qualificada, salvo em caso de dolo ou erro grosseiro.

85 A competência atribuída aos tribunais de contas para o julgamento das contas dos ordenadores de despesas, incluindo-se prefeitos, possui natureza técnica e depende do controle político desempenhado pelas casas legislativas.

86 A ausência de emissão, pelo tribunal de contas estadual, de parecer prévio no prazo estabelecido pela Constituição Federal obsta que o Poder Legislativo proceda ao julgamento das contas do chefe do Poder Executivo local.

87 Viola o princípio da livre concorrência lei municipal que proíbe a instalação, em determinada área, de estabelecimentos comerciais pertencentes ao mesmo ramo de atividade.

88 Os servidores temporários não têm direito ao décimo terceiro salário nem às férias remuneradas acrescidas de um terço, exceto quando houver previsão legal ou contratual expressa que assegure essas vantagens ou quando ficar comprovado o desvirtuamento da contratação temporária pela administração pública, mediante sucessivas e reiteradas renovações ou prorrogações do vínculo.

A respeito dos princípios do direito tributário, julgue os itens seguintes.

89 O princípio da irretroatividade veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

90 O princípio da vedação de tributos com efeito confiscatório aplica-se, como o próprio nome jurídico indica, apenas a tributos, e não a multas pelo descumprimento de obrigação tributária, conforme o posicionamento jurisprudencial do STF.

91 O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

Em relação ao conceito de tributo e às suas espécies, julgue os itens a seguir.

92 Dado que o tributo é necessariamente uma obrigação pecuniária, é inadmissível que a legislação autorize a extinção da obrigação tributária por meio de dação em pagamento de bens imóveis.

93 É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

94 Conforme o entendimento do STF, a Constituição Federal de 1988 adota a classificação pentapartida de tributos, diferentemente do Código Tributário Nacional, que formalmente adota a teoria tripartida.

A respeito das falhas de mercado na economia, julgue os itens a seguir.

95 O fato de uma ilha, integrante de certo país, mas distante da sua parte continental, não ser atendida pelo serviço postal privado do país é um exemplo de mercado incompleto.

96 Se das operações de uma fábrica decorrer a poluição de um rio, o efeito da poluição sobre a população que consome a água desse rio causará um aumento no custo social do produto da fábrica, e o fato de esse custo não ser precificado constitui a falha de mercado denominada informação incompleta.

Julgue os itens que se seguem, relativos a bens públicos.

97 O serviço público de saúde, provido pelo Estado, é um exemplo de bem público impuro, devido à possibilidade de rivalidade parcial no consumo desse bem.

98 A iluminação por postes nas ruas de um condomínio fechado é um exemplo de bem público.

No que concerne aos mecanismos públicos de alocação de recursos e à incidência de tributos em um mercado competitivo, julgue os itens subsequentes.

99 Um aumento no imposto sobre bebidas alcoólicas tem forte componente distributivo, uma vez que o imposto incidirá quase exclusivamente sobre o ofertante.

100 O *rent-seeking* corresponde à distribuição equitativa das vantagens obtidas no processo de decisão política e deve ser maximizado em uma alocação eficiente.

Acerca da contabilidade fiscal e da dívida pública, julgue os itens seguintes.

101 Emissão de títulos da dívida pública e senhoriagem são maneiras de se obterem recursos para cobrir as necessidades de financiamento do setor público (NFSP).

102 É possível que um governo que apresente superávit primário tenha aumento no estoque da dívida no mesmo período.

Considerando conceitos, componentes e limitações de efetividade de controles internos, julgue os itens a seguir.

103 Padrões, processos e estruturas de controle formalmente estabelecidos integram o ambiente de controle, cuja efetividade é influenciada pela atuação da alta administração.

104 Quando a administração autoriza que determinados procedimentos de controle estabelecidos não sejam aplicados, a efetividade dos controles internos mantém-se intacta, desde que os procedimentos permaneçam formalmente instituídos.

105 Os controles internos proporcionam segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos organizacionais, não constituindo garantia de sua consecução.

106 A relação custo-benefício não pode justificar a adoção de controles menos abrangentes para determinados riscos identificados.

Com relação à avaliação de riscos e às atividades de controle, julgue os itens subsequentes.

107 A tempestividade da informação para o controle interno pressupõe sua comunicação em tempo hábil para que seja incorporada à execução das atividades de controle.

108 Os resultados do monitoramento contínuo podem indicar a necessidade de avaliações de determinados controles em separado.

109 A identificação dos riscos que possam comprometer os objetivos organizacionais orienta a definição de controles internos adequados.

110 No processo de monitoramento, uma vez identificada uma deficiência, esta deve ser comunicada ao responsável pelas ações corretivas, sendo a comunicação à administração condicionada à comprovação de que as medidas previstas para a correção não tenham sido adotadas.

111 A resposta a riscos identificados pode implicar sua aceitação, desde que essa decisão seja compatível com o nível de risco que a organização esteja disposta a assumir.

112 A avaliação de riscos realizada na definição dos objetivos organizacionais é suficiente para orientar os controles internos enquanto não houver alteração desses objetivos.

113 A configuração de permissões de acesso a um sistema de acordo com as funções atribuídas aos usuários constitui atividade de controle de natureza detectiva, por identificar acessos incompatíveis com suas atribuições.

Com base na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), julgue os itens a seguir.

114 No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União possui competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar processos já instaurados por outros órgãos ou entidades desse Poder, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.

115 A responsabilização da pessoa jurídica pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção, seja pelo seu interesse, seja pelo seu benefício, independe de comprovação de dolo ou culpa da pessoa jurídica, tanto na esfera administrativa quanto na civil.

116 Nas hipóteses de fusão e incorporação societária, a responsabilidade da sociedade sucessora restringe-se à obrigação de pagamento de multa e de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções da lei decorrentes de atos ocorridos antes da operação societária, salvo em caso de simulação ou intuito de fraude comprovados.

117 A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade de seus dirigentes ou administradores, mas exclui a de pessoa natural que tenha atuado na condição de partícipe do ato ilícito.

118 O acordo de leniência homologado judicialmente isenta a pessoa jurídica da obrigação de reparar de forma integral o dano causado.

119 A comissão designada para conduzir o processo administrativo de apuração de responsabilidade deve concluir os trabalhos no prazo legalmente previsto, improrrogável e contado da publicação do ato que a tiver instituído.

120 As infrações previstas na Lei Anticorrupção prescrevem no prazo legalmente estabelecido, contado da ciência da infração ou, se permanente ou continuada, de sua cessação, interrompendo-se a prescrição com a instauração de processo para apuração da infração.

Espaço livre